

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Lucas de Sá da Silva Bortoluzzi**

**OS IMPACTOS DA CRISE INFLACIONÁRIA BRASILEIRA, NAS DÉCADAS  
DE 1980 E 1990, NA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA PELA ÓTICA DA ESCOLA  
AUSTRIACA DE ECONOMIA**

Resende  
2023

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA  
PROFISSIONAL**

**TÍTULO DO TRABALHO: OS IMPACTOS DA CRISE INFLACIONÁRIA  
BRASILEIRA, NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990, NA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA  
PELA ÓTICA DA ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA**

**AUTOR: LUCAS DE SÁ DA SILVA BORTOLUZZI**

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 20 de junho de 2023

  
Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

B739i BORTOLUZZI, Lucas de Sá da Silva

Os impactos da crise inflacionária brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, na base industrial de defesa pela ótica da Escola Austríaca de Economia / Lucas de Sá da Silva Bortoluzzi – Resende; 2023. 46 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Augusto César Magalhães Freire  
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. BID. 2. Inflação. 3. Escola Austríaca de Economia. 4. Defesa Nacional. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Aline Viegas da Costa CRB-7/7409

Lucas de Sá da Silva Bortoluzzi

**OS IMPACTOS DA CRISE INFLACIONÁRIA BRASILEIRA, NAS DÉCADAS DE  
1980 E 1990, NA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA PELA ÓTICA DA ESCOLA  
AUSTRIACA DE ECONOMIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Augusto César Magalhães Freire

Resende  
2023

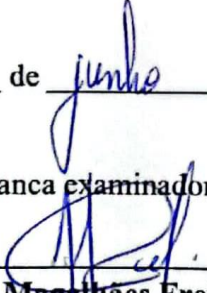
Lucas de Sá da Silva Bortoluzzi


**OS IMPACTOS DA CRISE INFLACIONÁRIA BRASILEIRA, NAS DÉCADAS DE  
1980 E 1990, NA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA PELA ÓTICA DA ESCOLA  
AUSTRIACA DE ECONOMIA**

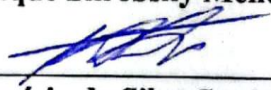
Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de junho de 2023

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Augusto César Magalhães Freire, Coronel R1**  
(Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Augusto Henrique Skrebsky Mello, Tenente-Coronel**

  
\_\_\_\_\_  
**Maurício da Silva Santos, Major**

Resende  
2023

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me guiou ao longo da minha vida para que eu pudesse ingressar e concluir o curso de formação de oficiais.

Dedico também aos meus pais por sempre me apoiarem e me orientarem durante a minha caminhada antes e durante a minha passagem na Academia Militar das Agulhas Negras.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus pelas bençãos que me foram entregues durante esses anos de labuta necessários para a formação do líder militar do Exército Brasileiro.

Agradeço, também, a minha família por ter me criado no caminho dos valores e das virtudes e me apoiado durante diversos momentos da minha formação. Que eu possa continuar orgulhando os senhores nos anos vindouros da minha carreira.

Ao meu orientador, pelo esforço de me instruir e auxiliar durante a confecção deste trabalho. Muito obrigado por ter se dedicado tanto na orientação do trabalho em si quanto em conselhos para a vida.

Sou grato aos meus companheiros de arma com os quais passei por diversos desafios. Sem a ajuda desses amigos não estaria onde estou hoje. Desejo a todos uma ótima carreira e que continuem cultivando os valores que aprendemos durante esses anos.

Por fim, agradeço aos meus professores e instrutores por terem me ensinado diversos assuntos e me instruírem para que eu pudesse evoluir como pessoa.

## RESUMO

### OS IMPACTOS DA CRISE INFLACIONÁRIA BRASILEIRA, NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990, NA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA PELA ÓTICA DA ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA

AUTOR: Lucas de Sá da Silva Bortoluzzi  
ORIENTADOR: Augusto César Magalhães Freire

A Base Industrial de Defesa (BID) é de suma importância para a segurança de um país. Esta Base provê, além das exportações, os meios bélicos necessários para a Defesa Nacional. Uma economia estável e pujante propicia o crescimento dessa indústria. O Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, sofreu com uma grande crise econômica, na qual a inflação foi o principal problema. Para a análise desse período, este trabalho utilizou como referencial teórico as ideias da Escola Austríaca de Economia, que possui um pensamento mais liberal e subjetivo. O conteúdo foi coletado em institutos que medem os índices de inflação, livros de autores pertencentes à Escola Austríaca e trabalhos científicos sobre a crise inflacionária brasileira e o desenvolvimento da BID nacional. O trabalho foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se do método dedutivo para o desenvolvimento das ideias. O processo de inflação que o Brasil sofreu nesse período foi negativo para as indústrias de defesa do País que se viram obrigadas a buscar o mercado externo para exportar seu material. O escalonamento de alguns conflitos no final da Guerra Fria favoreceu, por um momento, esse foco das empresas brasileiras no mercado internacional. Todavia, o fim do embate que marcou a segunda metade do século XX fez a demanda mundial por produtos de defesa cair. A BID nacional, então, adentrou em uma situação desfavorável. Sem compradores internacionais e uma economia local em crise econômica, muitas empresas foram a falência ou mudaram o foco de produção de mercadorias de defesa para outros setores.

**Palavras-chave:** BID. Inflação. Escola Austríaca de Economia. Defesa Nacional.



## ABSTRACT

### **THE IMPACTS OF THE BRAZILIAN INFLATIONARY CRISIS, IN THE 1980S AND 1990s, ON THE INDUSTRIAL DEFENSE BASE FROM THE PERSPECTIVE OF THE AUSTRIAN SCHOOL OF ECONOMICS**

AUTHOR: Lucas de Sá da Silva Bortoluzzi

ADVISOR: Augusto César Magalhães Freire

The Defense Industrial Base (DIB) is of paramount importance for a country's security. This base provides, besides exports, the necessary military means for National Defense. A stable and booming economy propitiates the growth of this industry. Brazil, during the 1980s and 1990s, suffered a great economic crisis, in which inflation was the main problem. To analyze this period, this work used as theoretical framework the ideas of the Austrian School of Economics, which has a more liberal and subjective thinking. The content was collected from institutes that measure inflation rates, books by authors belonging to the Austrian School and scientific papers on the Brazilian inflationary crisis and the development of the national DIB. The work was developed by means of bibliographic research, using the deductive method to develop the ideas. The inflation process that Brazil suffered in this period was negative for the country's defense industries, which were forced to seek the foreign market to export their material. The escalation of some conflicts at the end of the Cold War favored, for a moment, this focus of Brazilian companies on the international market. However, the end of the conflict that marked the second half of the 20th century caused the world demand for defense products to fall. The national DIB then entered an unfavorable situation. Without international buyers and a local economy in economic crisis, many companies went bankrupt or changed their focus from the production of defense goods to other sectors.

**Keywords:** DIB. Inflation. Austrian School of Economics. National Defense.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	8
1.1 OBJETIVOS	9
1.1.1 Objetivo geral	9
1.1.2 Objetivos específicos	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	11
2.1 ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA	11
2.2 INFLAÇÃO	12
2.3 CRISE INFLACIONÁRIA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	14
2.3.1 Precedentes	14
2.3.2 A inflação do período	17
2.3.3 Discussão sobre a inflação brasileira	18
2.3.4 Planos econômicos brasileiros	19
2.3.4.1 Plano Cruzado	19
2.3.4.2 Planos Bresser e Verão	21
2.3.4.3 Plano Collor	23
2.3.4.4 Plano Real	23
2.4 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA	25
<b>3 REFERENCIAL METODOLÓGICO</b>	31
3.1 TIPO DE PESQUISA	31
3.1.1 Instrumento de coleta de dados	31
3.2 MÉTODOS	32
3.2.1 Tipo de método	32
3.2.2 Avaliação dos índices	32
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	41
<b>REFERÊNCIAS</b>	44

## 1 INTRODUÇÃO

As forças armadas de um país devem estar sempre prontas para um possível emprego, pois as ameaças podem ser imprevisíveis. Logo, deve-se procurar ter posse dos melhores meios e homens para o cumprimento de sua missão, ainda que nunca sejam realmente empregadas.

Um dos fatores de extrema importância para um estado de prontidão eficiente é a capacidade do país de suprir as suas forças de defesa com material bélico de alta qualidade, por meio de uma indústria bélica forte. A independência de atores internacionais para aquisição desse material é de grande importância, pois, em um cenário de guerra, o comércio desse tipo de produto fica limitado.

Nesse contexto, a economia do país afeta diretamente na sua defesa nacional. Desde a antiguidade até os dias atuais, do Império Romano até Forças Armadas americanas, as potências bélicas têm uma economia forte como base de seu poder. A Base Industrial de Defesa (BID), meio de grande valia do Brasil para a manutenção e melhora de suas forças armadas, é diretamente influenciada pela situação econômica do País.

O Brasil, após as duas crises internacionais do petróleo e a crise da dívida externa dos países latino-americanos, entrou na década de 1980 com uma economia cambaleante com altas taxas de inflação e descontrole dos gastos públicos. O governo do País, ao invés de desacelerar a economia como o resto do mundo fez perante as crises, quis manter políticas desenvolvimentistas que arcaram com problemas econômicos que marcaram os anos de 1980 como a “década perdida”.

Assim, é necessário problematizar a seguinte questão: qual a magnitude do impacto decorrente da crise inflacionária brasileira, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, no desenvolvimento da indústria de produtos de defesa?

Ainda, outros questionamentos podem ser levantados, visto que é necessário saber se os planos do governo, na época, foram eficientes no combate à inflação; se as indústrias vocacionadas a essa área conseguiram reagir ao problema mantendo a sua produção e funcionamento e como elas foram prejudicadas com os problemas econômicos.

Com base nesses questionamentos, este trabalho busca subsídios no estudo da macroeconomia e finanças públicas, com foco no tema da inflação, para compreender a sua origem e quanto ela gerou de prejuízos para as capacidades operativas das indústrias de defesa nas décadas de 1980 e 1990, pois uma moeda com baixo valor internacional dificulta a aquisição de capital para produção dos produtos de defesa e o desenvolvimento de pesquisas para melhorar o poder bélico do país.

A visão da Escola Austríaca de Economia será a base para esta monografia na compreensão das questões econômicas, ela que tem por pilares a liberdade econômica e a baixa intervenção governamental.

Esse trabalho está separado em cinco partes: Introdução, Referencial Teórico, Referencial Metodológico, Resultados e Discussão e, finalizando, Considerações Finais.

A Introdução trata de apresentar de modo sintético o assunto que será desenvolvido e o propósito pretendido. Logo após, o Referencial Teórico começa abordando sobre a Escola Austríaca de Economia e suas ideias. Em seguida, é explanado o significado de inflação e suas causas. Após isso, é apresentada a história da crise inflacionária brasileira nas décadas de 1980 e 1990, com seus precedentes, a situação econômica no período, a discussão para solução dos problemas e os planos econômicos adotados. O significado e a história do desenvolvimento da BID no Brasil são expostos em seguida.

Na próxima parte do trabalho, demonstra-se como ele foi confeccionado. Nesse momento, são apresentados o método, o tipo de pesquisa e o instrumento de coleta de dados.

No capítulo de Resultados e Discussão são comentados os dados e teorias expostas no Referencial Teórico, abordando as causas e as resoluções dos problemas ocorridos no período histórico analisado.

Por fim, na parte das Considerações Finais, são feitas as conclusões sobre o valor dos impactos da crise sobre a BID e o quanto as medidas de combate a esse problema foram eficazes.

Esta pesquisa justifica-se por buscar compreender as origens e as consequências da inflação e como a BID é influenciada por ela. O governo que mantém sua moeda valorizada facilita os investimentos em seu material de emprego militar, fortalecendo sua defesa nacional. Com base nisso, é lícito apreciar como o aumento de preços deliberado ocorrido no espaço de tempo considerado impactou as Forças Armadas em sua modernização e manutenção de seu estado de eficiência para enfrentar problemas adversos.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar os impactos da crise inflacionária brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, na Base Industrial de Defesa pela ótica da Escola Austríaca de Economia.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

Apresentar a Escola Austríaca de Economia;

Explicar o termo inflação, suas causas e suas consequências;

Apontar os motivos da crise inflacionária nas décadas de 1980 e 1990;

Avaliar os malefícios da inflação para a indústria de defesa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA

A Escola Austríaca de Economia nasceu com a publicação por Carl Menger do livro *Princípios da Economia Política*, no ano de 1871. Porém, as suas ideias se originam com os estudos de dominicanos e jesuítas da Escola de Salamanca durante o “Século de Ouro” espanhol. No contexto desses estudiosos espanhóis, surgiram ideias sobre o valor de um bem, a origem dos preços, a descentralização da informação do mercado pelos indivíduos, a preferência temporal, entre outras. Dentre os pensadores desse período, encontram-se Luís de Molina e Juan de Lugo (HUERTA, 2017).

A Escola Austríaca contrapõe-se ao pensamento neoclássico dominante no estudo da economia. O pensamento austríaco tem como conceito de economia a teoria da ação humana como um processo dinâmico (praxeologia). A sua perspectiva metodológica é subjetivista e seu formalismo é a lógica verbal que leva em consideração o tempo subjetivo e a criatividade humana. A sua concepção da informação diz que o conhecimento é disperso e é alterado constantemente, podendo ser científico ou prático. Ela tem como alguns de seus autores, Ludwig Von Mises, Murray Rothbard e Friedrich Hayek (HUERTA, 2017).

O pensamento neoclássico tem como alguns pensadores Milton Friedman, Ronald Coase e Gary Becker. O seu conceito de economia é a teoria da decisão, visando a maximização sujeita a restrições. A sua perspectiva metodológica é objetivista e seu formalismo é matemático. O seu entendimento sobre a informação é a pressuposição de que ela é perfeita, objetiva e constante e o conhecimento não é distinguido entre prático e científico (HUERTA, 2017).

Para a Escola Austríaca de Economia, o mercado é o sistema onde as pessoas realizam trocas entre si, pois o homem, diferente dos outros animais, tem a cooperação. Os indivíduos produzem algo a fim de trocá-lo por outra coisa, gerando assim a divisão do trabalho. Cada um produz de acordo com suas vontades e capacidades e realiza trocas com o intuito de se satisfazer. Esse sistema de cooperação social é o mercado, no qual as pessoas produzem, consomem, determinam o que se deve produzir, em qualquer quantidade ou qualidade, e a quem quer que os produtos se destinem (MISES, 2017).

Essa escola de pensamento econômico também aborda a questão da moeda. Ela é definida pelos austríacos como um meio de troca. Ela surgiu como um fenômeno espontâneo no mercado, uma vez que ninguém criou a moeda corrente. As trocas no mercado fizeram com

que as mercadorias com valor em si próprias, divisíveis e de fácil transporte tornassem naturalmente a moeda. Por fim, é por meio da moeda que a economia conseguiu se desenvolver, pois tirou os indivíduos do escambo para um sistema de trocas mais dinâmico (MISES, 2017).

## 2.2 INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define inflação como “aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação.” (IBGE, 2022). Para a revista Forbes: “Inflação ocorre quando os preços sobem em toda economia, diminuindo o poder de compra do seu dinheiro” (SCHMIDT, 2022, tradução nossa).

A medição da inflação pode ser feita, dentre outros índices, através do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que consiste em uma média ponderada das variações de preços dos bens e serviços que integram uma cesta fixa coberta pelo índice. Nessa média, deve-se considerar a importância relativa dos produtos na cesta, medida pela participação de cada um deles na despesa de consumo total das famílias. (IBGE, 2020). O mais conhecido entre os brasileiros e aquele adotado pelo Governo Federal como índice oficial de inflação no País é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), feito pelo IBGE, que consiste na medição da variação de preços de uma cesta de produtos consumida por famílias que tem renda mensal de um a quarenta salários-mínimos (IBGE, 2015).

A Escola Austríaca e o pensamento neoclássico debatem questões sobre o verdadeiro significado do termo inflação e suas causas. A inflação pode ser definida como o aumento do nível geral dos preços de maneira contínua, atingindo não somente um produto, mas todos os bens produzidos e serviços prestados pela economia. O poder de compra da moeda, então, deprecia-se com o aumento dos preços. O aumento de demanda agregada em relação ao número constante de bens e serviços é chamado de inflação de demanda. Por outro lado, o aumento dos custos de produção dos bens e serviços, como o preço dos combustíveis ou aumentos salariais, denomina-se inflação de custos (LUQUE, 2002).

A Escola Austríaca de Economia, pensa de maneira diferente ao trocar o fenômeno da inflação de consequência para causa do aumento geral dos preços na economia. De acordo com Mises (2008):

O governo consegue parte dos fundos necessários para seu próprio financiamento através da inflação, isto é, aumentando a quantidade de dinheiro em circulação e a

quantidade de saldos bancários acessíveis por meio de cheques (ou, para dizer de outro modo, pela diminuição dos depósitos compulsórios).

A consequência inevitável da inflação é o surgimento de uma tendência geral de aumento em todos os preços. Se o governo tivesse obtido todo o dinheiro necessário para suas operações através da taxação dos cidadãos, o aumento dessa demanda por parte do governo seria contrabalanceado por uma queda da demanda por parte dos contribuintes, que agora têm menos dinheiro. A expansão dos gastos do governo seria neutralizada no mercado por uma restrição do consumo dos contribuintes. Mas havendo inflação, a demanda adicional gerada pelos gastos do governo se junta à demanda não diminuída por parte do público – e, assim, os preços sobem.

Mises diz que o governo possui duas formas de financiar novos gastos. Por meio do aumento de impostos ou pela emissão de moeda. A primeira alternativa é impopular para os governantes devido ao descontentamento da população. Porém, ela mantém o balanço na economia. O aumento dos gastos pelo governo é contrabalanceado pela diminuição da demanda pelo povo, visto que eles possuem menos poder de compra com os novos impostos. A segunda alternativa, em um primeiro momento, é invisível para a população. O governo, então, opta pelo aumento da quantidade de dinheiro. Logo, os preços sobem com o crescimento da demanda do governo perante a demanda constante do público (MISES, 2008).

O aumento na produção de bens e serviços em uma economia, com a quantidade de moeda inalterada, gera uma queda nos preços. Por outro lado, a expansão monetária, em conjunto a uma oferta constante de bens e serviços, cria um aumento geral dos preços. Logo, um aumento na oferta de moeda, com todas as outras coisas sendo constantes, subentende-se que uma quantidade maior de moeda entrará nos mercados, elevando os preços das mercadorias (SHOSTAK, 2021).

A inflação no curto prazo pode ser benéfica para o grupo de indivíduos que primeiro tiveram acesso ao acréscimo monetário, quando os preços da economia ainda não se reajustaram em relação a essa nova quantidade de moeda. Rothbard (2013) explica isso com uma hipótese onde falsificadores criam uma certa quantidade de dinheiro em uma sociedade que tinha uma oferta de moeda constante.

Esse dinheiro novo vai percorrendo, pouco a pouco, todo o sistema econômico. À medida que ele vai se espalhando pela economia, os preços vão aumentando – como vimos antes, dinheiro criado do nada pode apenas diluir a eficácia de cada unidade monetária. Mas essa diluição é um processo lento e, por isso, é desigual; durante este ínterim, algumas pessoas ganham e outras perdem. No início deste processo, a renda e o poder de compra dos falsificadores e dos varejistas locais aumentam antes que tenha havido qualquer aumento nos preços dos bens e serviços que eles compram. Com o tempo, à medida que o dinheiro vai perpassando toda a economia e elevando os preços, aquelas pessoas que estão nas áreas mais remotas da economia e que ainda não receberam esse dinheiro recém-criado terão de lidar com preços maiores sem que tenham vivenciado um aumento de suas rendas. Os varejistas que estão do outro lado do país, por exemplo, estarão em pior situação. Terão de lidar com preços maiores sem que sua renda e seu poder de compra tenham aumentado. Os primeiros recebedores do dinheiro novo se beneficiam à custa daqueles que recebem este



dinheiro por último. Houve uma redistribuição de renda às avessas (ROTHBARD, 2013, p. 48)

O aumento da oferta monetária nem sempre é acompanhado de um aumento de preços. Isso ocorre quando a oferta dos bens e serviços acompanha o crescimento da oferta de moeda. Cria-se uma falsa estabilidade de preços, ocultando um problema econômico por um determinado período quando a produção ainda está em alta. A preocupação do Banco Central ao estabelecer um sistema de metas de inflação, com o objetivo de manter os preços da economia constantes, pode gerar surpresas desagradáveis. Por isso a importância de se atacar a fonte da inflação, cuja origem é a expansão do crédito, ao invés dos seus sintomas (SHOSTAK, 2021). Essa problemática pode ser atestada na crise de 1929 nos Estados Unidos da América:

Uma das razões por que a maioria dos economistas da década de 1920 não reconheceu a existência de um problema inflacionário foi a ampla adoção de um nível de preços estável como critério da política monetária. A medida em que as autoridades do Federal Reserve foram guiadas por um desejo de manter estável o nível de preços tem sido uma questão bastante controversa. Muito menos controverso é o fato de que cada vez mais economistas vieram a considerar o nível de preços estável o principal objetivo da política monetária. O fato de que os preços em geral ficaram mais ou menos estáveis durante a década de 1920 dizia aos economistas que não havia ameaça de inflação, e, portanto, os acontecimentos da grande depressão os pegaram completamente de surpresa (ROTHBARD, 2012, p. 193).

## 2.3 CRISE INFLACIONÁRIA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 NO BRASIL

### 2.3.1 Precedentes

No ano de 1973, ocorreu a primeira crise do petróleo, que atingiu negativamente a economia mundial, sendo extremamente deletéria para o Brasil. E nos anos de 1979 a 1981 houve o segundo choque do petróleo agravando ainda mais a situação econômica.

O poder de influir decisivamente na formação dos preços de petróleo passou, então, para a OPEP, criada em 1960 e tendo a Arábia Saudita como seu membro mais influente. Esse poder ficou bastante evidenciado após a Guerra Árabe-Israelense (Yom Kippur), entre Egito e Síria de um lado e Israel do outro em outubro de 1973. Como os EUA e muitos países ocidentais apoiaram Israel, os países árabes e o Irã impuseram aos mesmos um embargo no fornecimento de petróleo que resultou num decréscimo líquido da produção mundial de 4 milhões de barris diários até março de 1974. A consequência imediata foi que o petróleo teve seu preço quadruplicado no final deste ano. O preço do petróleo se manteve relativamente estável, em torno de US\$ 13 por barril de 1974 a 1978, porém declinante se ajustado pela inflação. Entretanto, de 1979 a 1981, houve uma aceleração abrupta provocada pela Revolução Iraniana seguida da Guerra Irã-Iraque, resultando no preço nominal médio de US\$ 37 por barril em 1980, equivalente ao valor da produção igual a 9% do PIB mundial (PEDROSA JUNIOR; CÔRREA, 2016)

As crises do petróleo impactaram substancialmente o mercado internacional. Como pode ser visto na Tabela 1, ocorreu um aumento no preço do petróleo, do ano de 1973 para o de 1974, de 257%, aproximadamente. E, no ano de 1978 para o de 1979, o preço do petróleo aumenta 133%.

Tabela 1 - Cotação internacional do petróleo por barril (1969-1986)

Ano	Cotação internacional do petróleo (US\$)	Aumento em relação ao ano anterior	Ano	Cotação internacional do petróleo (US\$)	Aumento em relação ao ano anterior
1969	1,7900	0,00%	1978	12,7767	2,11%
1970	2,1800	21,79%	1979	29,8267	133,45%
1971	2,6575	21,90%	1980	35,7067	19,71%
1972	2,8900	8,75%	1981	34,0383	-4,67%
1973	3,2442	12,26%	1982	31,5442	-7,33%
1974	11,5975	257,49%	1983	29,4692	-6,58%
1975	11,4525	-1,25%	1984	28,5458	-3,13%
1976	11,5542	0,89%	1985	27,3708	-4,12%
1977	12,5125	8,29%	1986	14,1717	-48,22%

Fonte: Ipeadata.

O Brasil estava vindo de um forte desenvolvimento nacional dos anos de 1968 até 1973, denominado “milagre econômico”, no qual o Produto Interno Bruto (PIB) do País crescia e as taxas de inflação seguiam o caminho contrário.

O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos (VELOSO; VILELA; GIAMBIAGI, 2008).

O primeiro choque do petróleo atingiu o Brasil de maneira acentuada, por sua condição de grande importador desse produto, ao qual seus derivados sustentavam grande parte da indústria brasileira e a maioria dos meios de transporte. O governo, na época, não quis que o País parasse seu crescimento pujante, ao invés de entrar em um período de recessão diminuindo para controlar os gastos como muitos países industrializados adotaram como política, visto que o mundo passava pelo choque do aumento do preço dos barris de petróleo. Adotou-se uma estratégia de aproveitamento de seu potencial e de suas riquezas naturais, procurando fontes

alternativas de energia. Uma política de endividamento no mercado financeiro internacional foi adotada pelo governo, pois as reservas de poupança interna não eram suficientes. Com um grande volume de empréstimo, foram custeados investimentos nos setores de energia (hidrelétricas, usinas hidrelétricas e programas de álcool e carvão) e transporte (recuperação da rede ferroviária e desenvolvimento das industriais navais e aeronáuticas), além de outras áreas, como fertilizantes, bens de capital e siderurgia. Essas ações acarretaram um grande problema para o País, um enorme aumento da dívida externa. (CERQUEIRA, 2003)

É evidente que essa linha estratégica fez elevar, de forma acentuada, a dívida externa brasileira. Os ingressos de recursos no país destinados a investimentos atingiram, no período de 1974 a 1982, cerca de US\$50 bilhões e as elevações dos preços do petróleo, no mesmo período, representaram um dispêndio adicional de mais de US\$30 bilhões, formando as duas parcelas a significativa soma de US\$80 bilhões (CERQUEIRA, 2003, p. 20)

O Brasil manteve essa política até 1982, quando ocorreu a crise do mercado financeiro internacional, que ocorreu devido a fatores como a instabilidade política no Oriente Médio, a Guerra das Malvinas e a moratória do México. Devido a isso os bancos internacionais privados tiveram diversos problemas impossibilitando a continuação do plano desenvolvimentista brasileiro e o pagamento das dívidas externas. O País se viu obrigado a fazer negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para renegociar as dívidas externas (CERQUEIRA, 2003).

Na virada dos anos de 1982 e 1983 o Brasil se deparou com uma crise de pagamentos sem precedentes após o fechamento do sistema financeiro privado de crédito. A deterioração das contas externas desencadeada e acelerada a partir dos choques de 1979 e a queda vertiginosa dos níveis de reservas internacionais do país marcaram uma virada nas relações do Brasil com as instituições do sistema financeiro internacional. Nos meses entre a crise mexicana e os primeiros dias do ano de 1983 o governo brasileiro abriria negociações com os seus principais credores, visando uma renegociação dos compromissos para o ano seguinte; iniciaria conversações com o Fundo Monetário Internacional e realizaria um empréstimo-bonde através de um acordo emergencial com o Tesouro americano, um grupo de bancos privados e BIS; e, em seguida, formalizaria um acordo de financiamento ampliado com o FMI, emitindo sua primeira carta de intenções em 06 de janeiro de 1983. A partir desse momento, o Fundo Monetário Internacional e os principais bancos credores do Brasil passariam a desempenhar papel determinante na condução das negociações da dívida externa brasileira e na elaboração e implementação de políticas econômicas pelo governo do Brasil (MENEZES, 2008, p. 116).

O governo brasileiro, o FMI e os bancos credores, e, em alguns casos, os governos credores, então, passaram a se relacionar de maneira tortuosa em relação a administração da dívida externa brasileira e as políticas econômicas que o país passaria a adotar. Essa relação se manteve inconstante até ocorrer o esgotamento dos níveis de reserva brasileiros, ocorrendo, em

1987, no não pagamento pelo Brasil dos juros e amortizações da dívida brasileira com os bancos credores (MENEZES, 2008).

O Brasil viu, então, as consequências de uma política desenvolvimentista financiada pelo endividamento dos cofres públicos com os bancos internacionais. A ideia de continuar crescendo, durante a crise que estava ocorrendo pelo mundo, trouxe consequências posteriores muito piores do que se simplesmente houvesse uma desaceleração da economia conforme os outros países fizeram.

### **2.3.2 A inflação do período**

O déficit da dívida externa, os altos gastos do governo e a expansão da base monetária ocasionaram um ambiente propício para uma grande crise que atingiu o Brasil, fazendo a década de 80 ser lembrada como a “década perdida”. A inflação e diversas medidas populistas sem fundamentos econômicos marcaram a população que não via mais uma situação de melhora. Rothbard (2013, p. 50-51) explica o fenômeno de hiperinflação que acometeu o Brasil.

No início, quando os preços sobem, as pessoas dizem: “Bem, isso não é normal; é certamente fruto de alguma emergência. Adiarei minhas compras e esperarei até os preços baixarem”. Essa é a atitude comum durante a primeira fase de uma inflação. Essa postura ajuda a conter a subida dos preços e oculta os efeitos da inflação, dado que houve um aumento na demanda por dinheiro. Mas, à medida que a inflação monetária prossegue, as pessoas começam a perceber que os preços irão aumentar perpetuamente como resultado de uma inflação perpétua.

Neste momento, as pessoas passam a dizer: “Embora os preços estejam ‘altos’, comprarei agora porque, se esperar mais, os preços ficarão ainda mais altos”. O resultado dessa postura é que a demanda por dinheiro diminui e os preços passam a crescer, em termos proporcionais, mais do que o aumento na oferta monetária. Neste ponto, o governo normalmente é conclamado para aliviar a ‘escassez’ de moeda gerada pelo crescimento acelerado dos preços e inflaciona ainda mais aceleradamente. Em pouco tempo, o país chega ao ponto de descontrole absoluto dos preços, e é aí que as pessoas dizem: “Tenho de comprar qualquer coisa agora — qualquer coisa para me livrar deste dinheiro que só desvaloriza”. A oferta monetária dispara, a demanda por dinheiro despenca e os preços sobem astronomicamente.

A hiperinflação é o fenômeno no qual os preços aumentam constantemente, devido ao aumento exponencial da oferta monetária. A população, logo, busca formas de gastar o dinheiro o mais rapidamente possível. O governo, então, retroalimenta a inflação emitindo mais moeda para pagar os preços mais altos e aumentar os salários que perdem seu poder de compra com a desvalorização da moeda. Criou-se um ciclo, no qual a economia é destruída, pois o meio de troca não tem mais valor. A sociedade, por fim, retrocede ao escambo para realizar suas relações comerciais.

A inflação brasileira pode ser verificada devido as diversas trocas de moedas que ocorreram no período. Inicialmente, em 1986, um cruzado passou a valer mil cruzeiros. Em 1989, muda-se o cruzado pelo cruzado novo, com a equivalência de mil para um. Em 1990, instaurou-se o cruzeiro com o mesmo valor do cruzado novo. Em 1993, entra em vigor o cruzeiro real, que equivalia a mil cruzeiros. Por fim, em 1994, a moeda oficial passa a ser o real, que tinha o valor de dois mil setecentos e cinquenta cruzeiros reais quando ocorreu a troca (MUSEU..., 2007).

### **2.3.3 Discussão sobre a inflação brasileira**

Defronte do fracasso das medidas econômicas adotadas na primeira metade dos anos 1980, a tese de que o princípio de correção monetária, introduzida no Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), transformou-se em um fator de dificuldade de combate à inflação. Porém, embora houvesse certo consenso em relação à necessidade de desindexar a economia brasileira, o modo de realizar essa ação não era consentido (GIAMBIAGI, 2011).

De acordo com Francisco Lopes, a inércia inflacionária decorre da existência de contratos com cláusulas de indexação. Numa economia indexada, a tendência inflacionária torna-se a própria inflação do período anterior e pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (choques agrícolas, choque do petróleo etc.) ou de choques de demanda (causados por um descontrole fiscal, por exemplo). O ponto fundamental é que essas possíveis fontes de flutuação, em vez de passageiras, são incorporadas à tendência (GIAMBIAGI et al, 2011, p. 105).

Em 1984, os economistas brasileiros debatiam entre quatro propostas. As propostas eram o “Pacto Social”, proposto por economistas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); o “Choque Ortodoxo”, defendido pelos economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV); o “Choque Heterodoxo” de Francisco Lopes, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); e a “Reforma Monetária” de André Lara Resende e Pêrsio Arida, ambos da PUC-Rio, também (GIAMBIAGI, 2011).

A ideia do “Pacto Social” era de que a inflação brasileira resultava de uma disputa entre os diversos setores da sociedade por uma parcela maior na renda nacional, cujo nome era “conflito distributivo”. Um primeiro grupo, os trabalhadores assalariados, aumentavam sua participação na renda nacional ao reivindicarem um aumento salarial. Em seguida, um segundo grupo, os empresários, demandava crescer sua parcela na renda nacional, subindo os preços de seus produtos e serviços, corroendo o ganho do primeiro grupo. O resultado dessa disputa era

o processo inflacionário no País. A maneira de encerrar com o “conflito distributivo” seria o governo convencer os trabalhadores e os empresários a não reivindicarem um aumento de seu poder aquisitivo por um bem maior que era a estabilização (GIAMBIAGI, 2011).

O “Choque Ortodoxo” baseava-se na teoria quantitativa da moeda e que a inflação no Brasil não tinha nada de anormal. A inflação era causada pela expansão monetária como forma do governo se financiar, quando esse gastava mais do que arrecadava com os impostos. Para os economistas dessa linha, era necessário ter certas medidas como: uma forte diminuição nos gastos governamentais, aumento dos tributos e corte na emissão de moeda e títulos da dívida. Além disso, deveria haver uma desindexação da economia e uma liberalização total dos preços (GIAMBIAGI, 2011).

O “Choque Heterodoxo” e a “Reforma Monetária” tinham por base estudos econométricos, que apresentavam duas questões. A primeira, do ponto de vista estatístico, indicava que a realimentação pela inflação passada era a principal causa da inflação. A segunda era de que as variações no hiato do produto pouco influenciavam a inflação. Esses economistas, também, questionavam a importância do déficit público como causa da inflação (GIAMBIAGI, 2011).

Os economistas da PUC, do ponto de vista político, tinham dois grandes atrativos. A primeira era a promessa de estabilização dos preços sem adotar medidas restritivas de demanda. pelo contrário, era possível aumentar a oferta monetária. O segundo atrativo era de que tinham um caráter neutro em relação ao conflito distributivo. Para o economista Francisco Lopes, a estabilização seria resolvida com um pacto de adesão compulsória, ou seja, o congelamento de preços (GIAMBIAGI, 2011).

Por outro lado, os economistas Pérsio Arida e André Lara Resende diziam que o congelamento engessaria a economia, retirando os mecanismos de autoajustes do mercado por meio dos preços e criava distorções alocativas. Para eles, o correto seria desindexar a economia pela introdução de uma moeda indexada que circularia em paralelo à moeda corrente. O governo então adotou a proposta de congelamento, nos planos Cruzado, Bresser e Verão, e a proposta alternativa com modificações no Plano Real, em 1994 (GIAMBIAGI, 2011).

## **2.3.4 Planos econômicos brasileiros**

### *2.3.4.1 Plano Cruzado*

Com o galopante aumento da inflação, José Sarney, Presidente do Brasil de 1985 até 1990, implantou o Plano Cruzado. O cruzado passou a ser a nova unidade monetária, com uma equivalência de 1000 cruzeiros. Os salários foram indexados de maneira que seriam reajustados quando a inflação acumulada chegasse a 20% e os preços da economia brasileira foram congelados, colocando cada cidadão como fiscalizador dessa regra. O governo com essa medida populista, fez a população aumentar o seu grau de satisfação e pôr a culpa dos problemas nos empresários que, devida a expansão da oferta monetária, eram obrigados a aumentar os preços de seus produtos para poderem operar com lucro ou pelo menos não terem prejuízos (BRASIL, 1986).

Inicialmente, o Plano Cruzado foi um sucesso. Os índices de preços ao consumidor caíram de 15% ao mês para valores próximos ao zero. Ao invés de uma recessão, preconizada por seus opositores, ocorreu o contrário. Houve aumento em 20% nos postos de trabalho no primeiro quadrimestre de 1986. Sob ameaça de greve, os empresários aumentaram os salários de seus trabalhadores com a explosão de consumo que havia no País (GIAMBIAGI, 2011).

Os criadores do Plano, também, pensaram que a oferta de moeda poderia crescer para satisfazer a nova demanda por moeda, sem que ocorressem quaisquer resultados inflacionários. O governo então provocou uma grande expansão da oferta de moeda. As taxas de juros reais tornaram-se negativas e os ativos financeiros foram valorizados, devido a esse processo. As baixas taxas de juros estimularam uma expansão do crédito, aumentando o consumo, que foi agravado com os aumentos salariais e o medo de que a estabilização fosse passageira (GIAMBIAGI, 2011).

A situação de estabilização de preços durou cerca de nove meses, quando a inflação no país explodiu devido ao populismo adotado no plano, tendo consequências negativas: “a taxa de câmbio valoriza-se, os salários reais aumentam fortemente, o déficit público aumenta ao invés de diminuir, agravam-se os desequilíbrios dos preços relativos em meio a um processo generalizado de excesso de demanda.” (BRESSER PEREIRA, 1989)

O congelamento de preços feito pelo Plano Cruzado ocasionou certos fenômenos econômicos deletérios. De acordo com Mises (2009), por causa dos preços fixados, os produtos começam a faltar. Visto que não é viável ao empreendedor vender um produto abaixo de seu preço justo. Com o passar do tempo, operar com déficits orçamentários leva a empresa à falência. Os empresários passam a diminuir sua produção e a estocar seus produtos para não arcarem com os prejuízos. A diminuição do preço de um produto por decreto governamental aumenta a demanda por esse produto. Aqueles que não tinham o poder monetário para adquiri-lo, agora passam a tê-lo. Como o preço do produto agora é menor que o custo de sua produção,

o produtor passa a restringir a venda desse bem. Outro efeito dessa medida é a imagem de grandes filas nas frentes das lojas e prateleiras vazias, pela necessidade de as pessoas chegarem primeiro para poderem comprar o produto agora escasso no mercado. Antes de um preço tabelado, os produtos eram caros, mas com essa medida eles passaram a sumir.

Politicamente e economicamente, o descongelamento dos preços era uma medida difícil. Um descongelamento parcial seria complicado de administrar e o total poderia acionar o gatilho salarial – nas diretrizes do Plano Cruzado, se a inflação fosse superior a 20%, os salários deveriam ser reajustados. A equipe econômica do governo, então, se dividiu. Alguns queriam uma liberação parcial dos preços. Outros cogitaram um novo empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e existiam, ainda, aqueles que diziam que tudo não passava de uma “bolha”, um surto de consumo passageiro (GIAMBIAGI, 2011).

O governo brasileiro recorreu as importações para acabar com o desabastecimento de produtos. Porém, problemas como congestionamento dos portos e demora nas entregas dos produtos ocorreram, devido ao Brasil não estar acostumado com essa política. Nos primeiros meses do plano, a balança comercial se manteve em superávit. Porém, no segundo semestre do ano, com a queda das exportações, o aumento das importações e a defasagem cambial em termos reais, essa situação positiva se alterou. Por fim, devido à priora das contas externas, em fevereiro de 1987 foi decretada a moratória dos juros externos, diminuindo ainda mais a entrada de investimentos estrangeiros no País (GIAMBIAGI, 2011).

#### *2.3.4.2 Planos Bresser e Verão*

Devido ao fracasso do Plano Cruzado, o ministro da fazenda Dílson Funaro foi trocado por Luís Carlos Bresser Pereira, professor da FGV-SP. No dia 12 de junho de 1987, o governo anunciou um novo plano de estabilização, o Plano Bresser. O objetivo era promover um choque deflacionário na economia, buscando evitar os erros do Plano Cruzado. A inflação no período era considerada de demanda e inercial. Para combatê-la o plano foi montado de maneira híbrida, com abordagens ortodoxas e heterodoxas (GIAMBIAGI, 2011).

Pelo lado do diagnóstico ortodoxo, as políticas fiscal e monetária, ao contrário do ocorrido no Cruzado, seriam ativamente usadas contra a inflação. Os juros reais positivos serviriam para contrair o consumo e também evitar a especulação com estoques. Pretendia-se reduzir o déficit público através de aumentos de tarifas, eliminação do subsídio do trigo, corte de gastos, e, como posteriormente anunciado, corte de investimentos públicos. Mas, para evitar o problema da defasagem dos preços públicos e administrados ocorrido anteriormente, foram decretados diversos aumentos pouco antes do anúncio do congelamento: eletricidade, combustíveis, aço, telefone etc. (GIAMBIAGI et al, 2011, p. 116).



Em junho de 1987, o Ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira instaurou o Plano Bresser para conter a inflação. Do ponto de vista heterodoxo, utilizou-se o congelamento de preços, tarifas e salários por um prazo máximo de três meses. Criou-se, então, uma nova base de indexação salarial, cujo nome era Unidade de Referência de Preços (URP), que tinha como função reajustar os salários e determinar os limites para reajuste dos preços (TEODORO, 2009).

Congelamento geral de preços e salários por um prazo de 90 dias, após esta primeira fase de congelamento o plano previa uma fase de flexibilização, de preços com reajustes mensais de preços salários, a fim de corrigir eventuais desequilíbrios herdados da fase anterior, após os ajustes da fase de flexibilização, o plano estabelecia a liberação de preços, estabelecendo um novo indexador, a URP (Unidade de Referência de Preços), que reajustaria os salários e determinaria os tetos para os reajustes de preços; adoção de uma política monetária e fiscal rigorosa com a intenção de reduzir o déficit público e impedir um crescimento explosivo da demanda como acontecera durante os primeiros meses do Plano Cruzado. (MORAN, 1993).

O plano Bresser teve, inicialmente, um sucesso na redução da inflação. Em contraponto com o Plano Cruzado, não pretendia e, também, não obteve o êxito de levar os índices de inflação à zero. A inflação mensal oficial do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) baixou de 26,1% em junho para 3,1% em julho e 6,4% em agosto. Devido ao fracasso do Plano Cruzado, os empresários não respeitaram o novo congelamento e remararam os preços preventivamente, criando desequilíbrio no cálculo econômico. O Plano Bresser não funcionou, ocasionando em dezembro, índices de inflação de 14%. Perante a resistência de realizar uma reforma tributária e a grande insatisfação popular, o ministro Bresser renuncia seu cargo, assumindo Maílson da Nóbrega, funcionário do Banco do Brasil em 1988 (GIAMBIAGI, 2011).

Com o fracasso do plano anterior o governo de Sarney instaurou o Plano Verão em 15 de janeiro de 1989, para combater a inflação e o déficit na dívida externa brasileira. As medidas foram semelhantes ao Plano Cruzado, com a adoção de uma nova moeda com correlação de mil cruzados para um cruzado novo e congelamento de preços, serviços e tarifas públicas por um tempo indeterminado. Também, foi extinta a Unidade de Referência de Preços (MORAN, 1993).

Poucos meses após a instauração do Plano Verão, já podia ser visto que foi um grande fracasso. Os índices de inflação superaram aqueles prévios a aplicação do plano e o déficit público aumentou. Além do campo econômico, a população perdeu sua confiança no governo, devido às dificuldades em combater a alta inflação, o desemprego e a diminuição da produção industrial, fatores esses que indicavam que o País enfrentaria uma grave crise financeira em pouco tempo. (BRESSER PEREIRA, 1989).

#### 2.3.4.3 Plano Collor

O início dos anos de 1990 é marcado pela posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1961. A inflação estava, no início de 1990, em níveis de 80% ao mês e a economia do País estava estagnada. As ideias propostas por Collor iniciaram uma quebra com o modelo brasileiro de forte participação do Estado na economia, vindo a se perpetuar, realmente, nos governos seguintes (GIAMBIAGI, 2011).

Em 16 de março de 1990, um dia após a assunção de Fernando Collor a Presidente do Brasil, foi aplicado o Plano Brasil Novo, mas conhecido como Plano Collor, como mais uma tentativa de combate aos inúmeros problemas econômicos presentes no Brasil naquela época. O plano teve como medidas o retorno do Cruzeiro como moeda oficial, o congelamento de preços e salários e o bloqueio de contas correntes e poupanças com valores acima de cinquenta mil cruzados novos por um período de dezoito meses, aumento de tributos e diminuição dos seus prazos de pagamento, para aumentar a arrecadação, e a demissão de funcionários e extinção de alguns órgãos públicos para diminuir os gastos governamentais. (TEODORO, 2009).

O Plano Collor conseguiu retirar a hiperinflação da economia, porém a inflação ainda se mantinha alta, devido a expansão da base monetária, e o bloqueio das contas de poupança fizeram com que o plano fracassasse naquilo que ele se propôs, aumentando a impopularidade do governo pela população. Acarretando, então, entre outros motivos, com um impeachment de Fernando Collor em dezembro de 1992. (ZÓRTEA, 2015).

O governo brasileiro, após diversas tentativas de estabilizar a moeda, não obteve sucesso. Em todos os planos, a inflação descia abruptamente em um pequeno intervalo de tempo para, em seguida, atingir valores até maiores que os anteriores.

#### 2.3.4.4 Plano Real

Após planos econômicos que se mostraram ineficazes, o governo adota o Plano Real para combater a inflação que assolava o Brasil por anos. O plano foi feito em etapas para evitar o congelamento de preços e o aumento da inflação. (TEODORO, 2009).

Antes da criação da URV e da implantação do Real, um conjunto de medidas conhecidas como PAI (Programa de Ação Imediata) foram tomadas a partir do final do ano de 1992 para criar condições favoráveis à implantação do Plano Real em si. Algumas dessas medidas foram: cortes nos gastos públicos, equilíbrio nas contas de Estados e Municípios, privatizações (setores como petroquímico e siderúrgico), entre

outras medidas que buscavam criar um ambiente estável para a implantação da URV em fevereiro de 1994 e, após isso, o Real em julho. (ZÓRTEA, 2015).

O Plano Real foi criado, inicialmente, com três etapas. A primeira consistia em equilibrar as contas do governo. A segunda era a instauração da Unidade Real de Valor (URV). A terceira, finalmente, era criar uma âncora cambial na nova moeda (real). O plano também culpava os desajustes fiscais como principal causa da inflação, diferentemente dos planos anteriores (GIAMBIAGI, 2011).

Na primeira fase do plano, o ajuste fiscal, foram criados dois programas: o Fundo Social de Emergência (FSE) e o PAI. O primeiro constituía-se pela desvinculação de algumas receitas do governo federal, a fim de diminuir a rigidez dos gastos da União feita pela Constituição de 1988. O segundo visava um combate à sonegação e redefinir as relações da União com os Estados e do Banco Central com bancos municipais e estaduais (GIAMBIAGI, 2011).

A segunda fase do plano era considerada a mais importante, visto que ela desindexaria a economia, acabando com o fator inercial. A ideia apresentada por André Lara Resende e Pérsio Arida foi a base para essa desindexação. O congelamento de preços feito anteriormente de maneira sucessiva não era mais uma escolha plausível. A desindexação deveria ser feita por uma reforma monetária e de caráter voluntário (PASTORE, 2015, p. 134, apud SEGALA, 2017, p. 53).

A URV serviu para reajustar valores de todos os preços e contratos, de maneira voluntária ou imposta pelo governo. Todos os reajustes seriam feitos em conformidade com a URV, mesmo que o pagamento fosse realizado com o Cruzeiro Real, cuja paridade era anunciada todos os dias pelo governo. A URV passa a vigorar em 1º de março de 1994. Tendo por base a perda do poder aquisitivo do Cruzeiro Real, o Banco Central fixou diariamente o valor da URV com a moeda vigente. Em 1º de julho de 1994 foi lançado o Real, extinguindo a URV (GIAMBIAGI, 2011).

O reajuste da URV se daria a partir da variação diária de uma cesta de índices de inflação, sendo o acumulado das taxas diárias de variação da URV em um mês a taxa de inflação naquele mesmo mês. Havia a necessidade de a duração desta fase ser suficientemente longa, de maneira que todos os contratos passassem a ser expressos em URV, que seria a unidade de conta; quando todos os preços estivessem expressos em URV, o Cruzeiro Real perderia a sua função como instrumento de troca, e a URV passaria a ser, também, instrumento de troca com poder liberatório, com a criação das respectivas notas do meio circulante, e o seu nome seria modificado para Real (PASTORE, 2015, p. 135, apud SEGALA, 2017, p. 54).

Outra medida dessa segunda fase é a elevação da taxa de juros. Porque quando os preços param de subir ocorre uma elevação do consumo. Os juros altos diminuem o acesso a mais recursos, controlando a demanda da população. O Banco Central, então, aumentou a taxa do

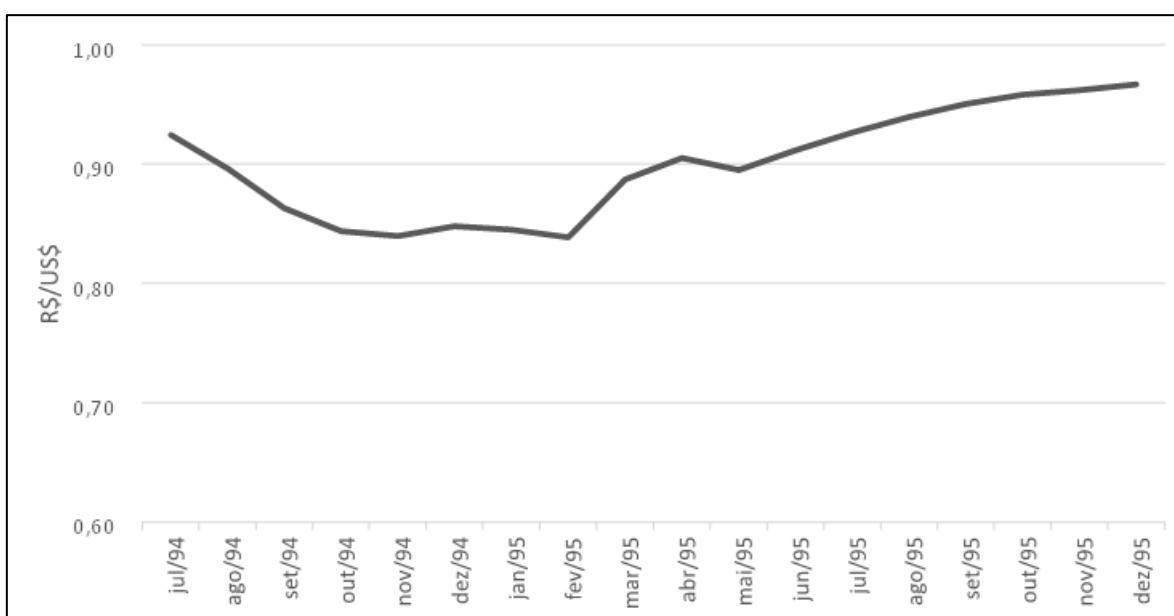
compulsório para 100% nos depósitos a vista, diminuindo a expansão do crédito que acarreta uma expansão monetária (GIAMBIAGI, 2011).

Adotou-se, então, a implantação provisória da Unidade Monetária Real (URV) com a equivalência de 2.750 cruzeiros reais. A criação da âncora cambial, também, foi fator determinante para o sucesso do plano, devido ao fortalecimento da nova moeda Real, igualando o valor com uma unidade de dólar. (ZÓRTEA, 2015).

A medida provisória nº 542, editada no dia 30 de junho de 1994, extinguiu a URV e instaurou o Real. Ela, também, fixou o câmbio entre o Real e o dólar e introduziu mudanças institucionais no Conselho Monetário Nacional para mais autonomia ao Banco Central (GIAMBIAGI, 2011).

No momento da extinção da URV, a taxa de câmbio foi fixada em R\$ 1,00 para US\$ 1,00. Ao mesmo tempo, o governo, preocupado com o sucesso da reforma monetária, também elevou a taxa básica de juros para 122% ao ano, ainda que até o fim do ano de 1994, a taxa tenha caído para perto de 60% a.a. Neste período, houve uma apreciação cambial, com a taxa de câmbio ficando em R\$ 0,82/US\$ 1,00 (PASTORE, 2015, p. 140, apud SEGALA, 2017, p. 55).

Gráfico 1 - Taxas de câmbio R\$/US\$, média do período entre julho.



Fonte: SEGALA, 2017.

Na realidade, o câmbio fixo não ocorreu. O Real se valorizou perante o dólar, facilitando a estabilidade monetária e o controle da inflação. Pode ser visto, no Gráfico 1, o câmbio entre o dólar e o Real na época (PASTORE, 2015, p. 140, apud SEGALA, 2017, p. 56).

## 2.4 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

A Base Industrial de Defesa (BID) é o conjunto das empresas estatais ou privadas que fazem parte de algumas das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa. Produtos esses que se caracterizam por contribuir com os objetivos de defesa e segurança do País. O Ministério da Defesa age para alavancar essas indústrias, visando uma maior autonomia do País no advento de produtos dessa natureza. (“Base Industrial de Defesa (BID)”, [s.d.]).

Em relação a defesa, o Brasil não pode ter um déficit de meios operacionais e materiais militares. O País possui um rico patrimônio, no qual se tem terras férteis, reservas de água potável, biodiversidade, recursos minerais, fontes de energia diversificadas, entre outros. Para defender todos esses recursos, é necessário possuir Forças Armadas capacitadas com os melhores meios bélicos (MELO, 2015).

Um país que busca ingressar em um conflito ou, simplesmente, manter a sua capacidade de dissuasão deve ter uma base industrial capaz de suprir as necessidades bélicas para o cumprimento desses objetivos. A dependência externa de material de defesa é uma grande demonstração de debilidade do poder militar de uma nação, e diminuí-la ou eliminá-la devem ser prioridades. A tecnologia por si só não vence guerras, porém é um fator de grande peso dentro dos fatores de decisão (DA COSTA, 1998).

A principal missão da BID é entregar capacidade industrial militar com a finalidade de criar, desenvolver e manter tecnologias e equipamentos militares essenciais para a autonomia estratégica e a independência nacional. Logo, incumbisse à BID prover os bens e serviços necessários para a efetuação das missões de segurança e defesa delegadas as forças armadas (MELO, 2015).

A procura pela autonomia produtiva e tecnológica é fundamentada pela garantia de abastecimento, continuidade do serviço e mobilização em caso de necessidade. Um Estado não pode ser dependente de outro para o fornecimento de seus equipamentos de defesa. O suprimento pode ser suspenso, devido a algum conflito na área política ou econômica. Outro ponto é a superioridade militar tecnológica ser relativa. Os governos, devido a isso, entram em uma competição em busca de equipamentos que lhes possam trazer vantagens (MELO, 2015).

Devido a questões de natureza política, estratégica, econômica e militar, os governos, a partir de 1964, visaram criar uma base industrial de defesa diversificada. A finalidade era de aumentar o poder dissuasório do País e diminuir a dependência externa nessa área. Essa estratégia enquadrou-se na política econômica desenvolvimentista da época, que buscava criar uma estrutura produtiva nacional, a fim de substituir as importações. No campo operacional militar, justificava-se no fato do material bélico no Brasil estar se tornando obsoleto, cuja

origem foi um acordo com os Estados Unidos de 1952 para adquirir excedentes de guerra (MELO, 2015).

O “milagre econômico” de 1967 a 1975, auxiliou a consolidação da indústria de defesa no País. Ela se beneficiou do avanço da infraestrutura fabril e de tecnologia em outros setores, principalmente do automobilístico. Toda essa nova estrutura fabril facilitou o desenvolvimento do capital de defesa no Brasil, com metalurgia, refinarias, entre outros pontos (MELO, 2015).

O governo lançou importantes programas militares para reequipar e modernizar as Forças Armadas, dentre os quais se destacam a construção das fragatas da classe *Niterói* (1970), dos veículos blindados de reconhecimento (*EE-9 Cascavel*) e transporte (*EE-11 Urutu*) (1970) e dos aviões de treinamento avançado a jato *Xavante* (1971), o Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta I) (1972) e o Programa Nuclear da Marinha visando à propulsão naval (1979) (MELO, 2015, p. 140-141).

O Brasil aumentou bastante a sua Base Industrial de Defesa (BID) no período do “milagre econômico” e no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com a criação de empresas diretamente voltadas para essa área ou que a auxiliem indiretamente. Dessas empresas se destacaram a ENGESA, EMBRAER e a IMBEL, que diminuíram a dependência brasileira da indústria bélica internacional (DA COSTA, 1998).

Durante esse período, o governo, para estruturar a BID, tomou medidas para a criação de empresas estatais ou de capital misto nas áreas dos setores aeronáutico, terrestre e naval. Em 1968, criou-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), para consolidá-la como produtora de aeronaves e principal fornecedora da Força Aérea Brasileira (FAB). Em 1975, o Exército fundou a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), para a produção de munições, explosivos, armamentos individuais e aparelhos de comunicação portáteis (MELO, 2015).

No setor da iniciativa privada, também surgiram empresas que queriam se beneficiar pela demanda crescente por produtos de defesa. A Avibras Indústria Aeroespacial S.A. (Avibras), cuja origem foi o ano de 1961, focou, até 1970, sua produção nos setores aeronáutico e espacial. Posteriormente, ela passou a produzir sistemas de artilharia, foguetes e mísseis, com destaque para o lançador de foguetes *Astros II* criado em 1980. A empresa Engenheiros Especializados S.A. (Engesa), criada em 1963, na década de 1970 passa a produzir veículos blindados sobre rodas, como o *EE-9 Cascavel* e o *EE-11 Urutu* (MELO, 2015).

A BID no Brasil atingiu seu ápice nos anos 1980. Grande parcela das demandas de baixa e média sofisticação tecnológica das Forças Armadas eram atendidas pelas empresas nacionais, possuindo em alguns setores uma relativa independência do mercado externo. Todavia, a economia brasileira entrava em recessão, impactando essa expansão no setor. A crise cambial

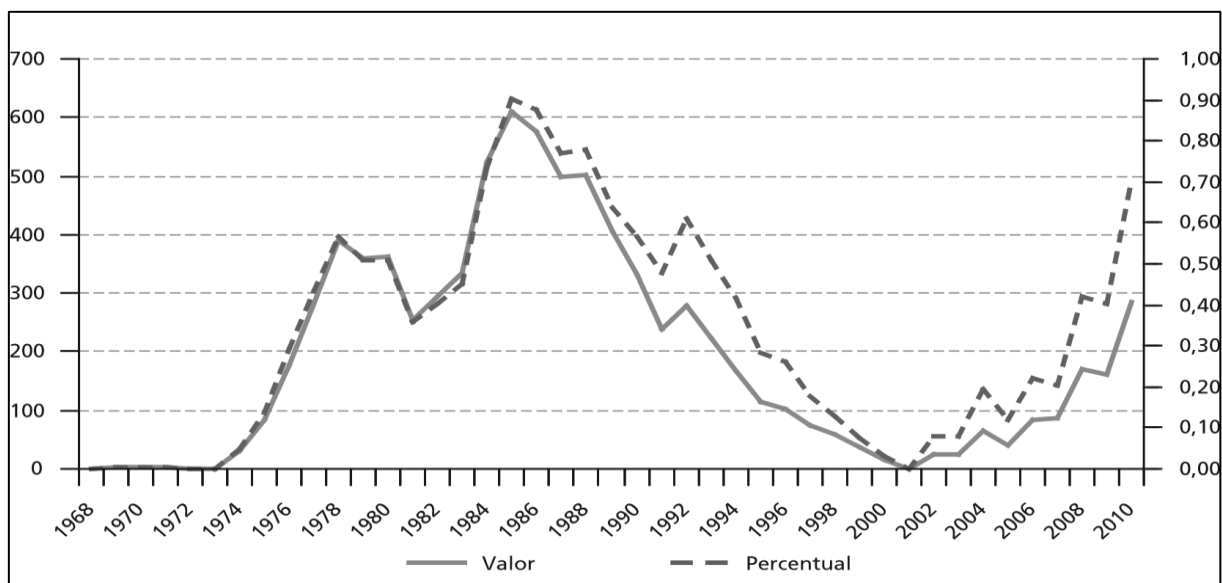
de 1982, os choques do petróleo e o recrudescimento da inflação no País foram os culpados por essa queda. Devido a isso, as empresas buscaram focar seus esforços no mercado externo (MELO, 2015).

Um dos motivos pela ascensão das exportações brasileiras nesse setor foi o cenário que o mundo estava, devido a Guerra Fria. Os conflitos indiretos, entre os dois polos que disputavam o poder no período, favoreceram o Brasil que não tinha o aspecto político como um grande critério de escolha para um possível comprador de seus produtos. Destacaram-se como grandes importadores do material brasileiro o Iraque e a Líbia. O primeiro devido a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e o segundo devido a uma política de fortalecimento militar após a ascensão de Muammar al-Gaddafi, em 1969, com ingresso de grande quantidade de petrodólares, originados da nacionalização do petróleo no país, em 1971. Os conflitos no Oriente Médio auxiliaram, também, o aumento das exportações brasileiras por servirem de exposição dos blindados da Engesa (MORAES, 2012).

O Iraque foi o maior cliente que a indústria bélica brasileira já possuiu. O volume das importações militares do país cresceu aceleradamente com o início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e manteve-se em patamares elevados até o término do conflito. Comparando-se o período 1980-1988 com os nove anos anteriores (1971-1979), o valor importado passou de US\$ 17,8 bilhões (média de US\$ 2 bilhões anuais) para US\$ 48,3 bilhões (média de US\$ 5,4 bilhões anuais), tornando o Iraque o maior importador de armas do mundo naquele período, quando respondeu por 7,8% do total mundial – o segundo foi a Índia, com 7,2%. Do total importado pelo Iraque, a União Soviética foi responsável por fornecer 58,5%, a China 17,3%, a França 14,8%, e o Brasil 1,9%. O Brasil exportou 80 aeronaves Tucano – fabricadas pela Embraer –, 23 400 blindados Cascavel, 200 blindados Urutu, 280 blindados Jararaca – todos produzidos pela Engesa –, 67 sistemas Astros II – fabricados pela Avibras, número que pode ter chegado a até 260 – e 13 radares de controle de fogo Astros AV-UCF (Unidade de Controle de Fogo) – fabricados pela Avibras.

Como pode ser visto, no Gráfico 2, as exportações de equipamentos militares brasileiros subiram muito com a mudança de foco para o mercado externo e cenário de Guerra Fria que o mundo estava. No ano de 1978, as exportações chegam a 400 milhões de dólares. Em 1985, elas alcançam o ápice com o valor de aproximadamente US\$ 600 milhões. Nos anos seguintes mantêm-se um alto valor. Em 1989, o valor é de US\$ 500 milhões e a partir dele começa a queda nas exportações.

Gráfico 2 - Exportações brasileiras de equipamentos militares de 1968 a 2010 (médias móveis para os três anos anteriores: US\$ milhões a preços de 2010 e percentual sobre o total mundial)



Fonte: Moraes (2012).

De acordo com Barbosa (2015 apud MEYER, 2019) a crise econômica brasileira, no final da década de 80, prejudicou a BID do Brasil. A área mais afetada foi a de pesquisa e desenvolvimento, visto que a diminuição de investimentos retirou os incentivos para cientistas e pesquisadores. Além de paralisar e extinguir importantes projetos da indústria de produtos de defesa.

A conjunção desses fatores – retração da demanda doméstica e internacional, ausência de uma política de longo prazo para a área de defesa e deficiências da estrutura produtiva - levou ao desmantelamento quase total da indústria de defesa brasileira, em um gradual sucateamento: desaparecimento de empresas estratégicas e perda de capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico. Com efeito, praticamente todas as empresas que constituíam a base industrial de defesa brasileira se viram atingidas. Algumas foram à falência, como Engesa, Motopeças e Bernadini. As estatais restringiram ao máximo suas atividades e investimentos, passando a acumular dívidas e sucatear suas estruturas produtivas. A Embraer foi privatizada e passou a concentrar esforços no mercado civil. As empresas privadas sobreviventes procuraram diversificar suas atividades para outros setores industriais, restringindo suas operações na Base Industrial e Tecnológica de Defesa (MELO, 2015, p. 146).

Durante os anos 1990, a trajetória de ascensão do mercado de defesa brasileiro é invertida. O final da Guerra Fria diminuiu a demanda no mercado internacional por bens de defesa, diminuindo bastante as exportações do Brasil. As Forças Armadas, então, passam a adquirir equipamentos militares usados para manter sua capacidade operacional,



principalmente dos países que estavam em conflito durante a Guerra Fria. Essas aquisições fazem com que o mercado interno retroceda ainda mais (MELO, 2015).

### **3 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando verificar a relação da crise econômica com a BID. A abordagem da pesquisa que foi utilizada foi mista, pois foram feitas análises de tabelas ao mesmo tempo que foram feitas interpretações mais subjetivas das causas do problema. Inicialmente buscou-se apresentar a Escola Austríaca de Economia e compreender conceitos básicos de economia como inflação e moeda utilizando de autores como Ludwig Von Mises, Murray Rothbard e Jesus Huerta de Soto. As principais obras escritas por esses autores utilizadas nesse trabalho foram, respectivamente, “As seis lições”, “O que o governo fez com nosso dinheiro?” e “A Escola Austríaca”.

Em seguida, foi apresentada a crise inflacionária brasileira com seus precedentes e políticas adotadas para combatê-la. Estudou-se a primeira e a segunda crise do petróleo, que ocorreram, respectivamente, nos anos de 1973 e 1979 e seu impacto no Brasil que possuía um modelo desenvolvimentista voltado para o sistema rodoviário. As informações dessa parte do trabalho foram coletadas no livro “Economia Brasileira Contemporânea” de Fábio Giambiagi, André Villela, Lavina Barros de Castro e Jennifer Hermann. Esse livro não é da Escola Austríaca. Ele somente relata os fatos ocorridos no campo econômico brasileiro do ano de 1945 até 2010.

O próximo passo foi explicar o que é a BID e como ela se comportou durante o período estudado. Foram analisados o volume de exportações brasileiras nessa área em comparação com o resto do mundo e as dificuldades que o País enfrentou nesse mercado em um período de término da Guerra Fria (1945 – 1991). Utilizou-se os trabalhos de Regiane de Melo e Rodrigo Fracalossi de Moraes.

Por fim, foi relacionada a crise econômica do país com a produção de material bélico no Brasil, demonstrando as consequências de uma economia deficitária para o seu setor industrial de defesa. Também foi abordado como a diminuição dos conflitos no cenário internacional influenciou para a queda de produção.

##### **3.1.1 Instrumento de coleta de dados**

Para realizar a coleta de dados foi utilizado o método do fichamento. Ele consiste em armazenar fichas com as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Foram utilizadas fichas-resumo e fichas de citação.

Foram coletados os índices de inflação do período histórico analisado, para mensurar o problema econômico, de investimentos na área industrial de defesa. Os dados foram coletados no IBGE e a na Fundação Getúlio Vargas (FGV), respectivamente, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

O câmbio entre o dólar e o real após o plano real que foi coletado do Banco Central do Brasil por Dioner Segala em seu Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal de Santa Maria. No Ipeadata, o preço do barril de petróleo nos anos antecessores a crise. Por fim, as exportações brasileiras de equipamentos militares antes, durante e após os eventos ocorridos foram levantados no *Stockholm International Peace Research Institute* (Sipri) em um texto de discussão de Rodrigo Fracalossi de Moraes publicado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

## 3.2 MÉTODOS

### 3.2.1 Tipo de método

Foi utilizado o método dedutivo para a confecção do trabalho. Esse método consiste em racionalizar ou combinar ideias em sentido interpretativo ao invés de realizar uma experimentação de caso por caso. O raciocínio segue um fluxo que parte do geral para o particular. O método dedutivo tem o propósito de esclarecer o conteúdo das premissas, pois inicia abordando o geral para se chegar às particularidades.

### 3.2.2 Avaliação dos índices

A tabela com o preço do barril de petróleo serviu para explicar parte da situação econômica brasileira antes da crise inflacionária, pois o Brasil, no período, era um grande importador desse insumo. Foram relacionados a instabilidade de preços e as políticas adotadas com as exportações e o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e elencou-se os riscos que o País poderia vir a enfrentar com um déficit nessa indústria.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil, entre os anos de 1968 e 1973, vivenciou o que hoje é chamado de “milagre econômico”, devido ao alto crescimento do produto interno bruto e as baixas taxas de inflação. Foi um período que o País teve grandes avanços no seu setor industrial.

No ano de 1973, ocorreu a primeira crise do petróleo e, em 1979, a segunda crise do petróleo. Esses eventos atingiram em cheio a economia brasileira, pois ela era uma grande importadora do produto e extremamente dependente do seu modal rodoviário para o transporte de pessoas e mercadorias.

O governo decidiu não entrar em uma recessão para controlar seus gastos como os outros países estavam fazendo perante o aumento do valor do barril de petróleo no mercado internacional. Adotou-se uma política de endividamento nos bancos internacionais para continuar o crescimento, porque as reservas nacionais não eram suficientes para os investimentos planejados. Esses recursos, então, foram aplicados para buscar fontes de energia alternativas ao petróleo aproveitando os recursos naturais do País.

A política de endividamento se manteve até 1982. Nesse ano, ocorreu a crise no mercado financeiro mundial, cuja origem veio de acontecimentos como a Guerra das Malvinas, a moratória do México e a instabilidade política no Oriente Médio. Devido a esse fato os bancos internacionais retraíram seus trabalhos, impossibilitando a continuação do plano desenvolvimentista do País e o pagamento das dívidas externas, cujas taxas de juros mundiais chegaram a 21,5% em junho de 1981 (HERMES, 2022). O governo brasileiro teve que entrar em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajustar as suas contas externas.

O governo brasileiro, então, teve que se submeter a regras do FMI em relação a administração econômica do País. Esse vínculo sobreviveu de modo inconstante até 1987, quando ocorreu o não pagamento pelo Brasil dos juros e amortizações para os bancos credores.

A moratória brasileira, os altos gastos governamentais e a expansão da base monetária criaram uma situação propícia para uma grande crise no País, identificando, na história do Brasil, a década de 1980 como a “década perdida”. O fator que mais marcou os brasileiros foi a hiperinflação. Cenas como grandes filas, remarcadores de preço a cada hora e corridas até os mercados após o pagamento do salário eram comuns, uma vez que o dinheiro perdia seu valor constantemente, obrigando os cidadãos a gastarem ele o mais rápido possível.

A base monetária brasileira em janeiro de 1980 era de \$ 349.000.000 (o nome da moeda não é importante nesta análise, pois está sendo utilizado o valor nominal). Em fevereiro de

1986, quando foi instaurado o Plano Cruzado, a base era de \$ 51.995.000.000. Ou seja, ocorreu um aumento de 14.798,28% no período de seis anos. Prolongando a análise até julho de 1994, quando o Plano Real foi feito, verifica-se que a base monetária era de \$ 8.040.253.952.000.000.000 (considerando as trocas de moedas ocorridas no intervalo de tempo), logo, houve um aumento de 2.303.797.693.883% (BANCO..., 2023).

A hiperinflação ocorre quando os preços crescem devido ao aumento da oferta monetária e à diminuição da demanda por dinheiro. As pessoas buscam gastar o mais rápido possível o dinheiro. O governo, por consequência, alimenta a inflação, emitindo mais moeda para aumentar os salários defasados e para pagar os preços mais altos de suas operações no mercado. Por fim, surge um ciclo onde a economia é destruída, porque o meio de troca não tem mais valor. A Tabela 2 demonstra os dados da inflação no Brasil no final do século XX.

Tabela 2 – Taxa Anual do IPCA no Brasil (1980 – 1995)

Ano	%
1980	99,25
1981	95,62
1982	104,79
1983	164,25
1984	215,26
1985	242,23
1986	79,66
1987	363,41
1988	980,21
1989	1972,91
1990	1620,67
1991	472,70
1992	1119,10
1993	2477,15
1994	916,46
1995	22,41

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

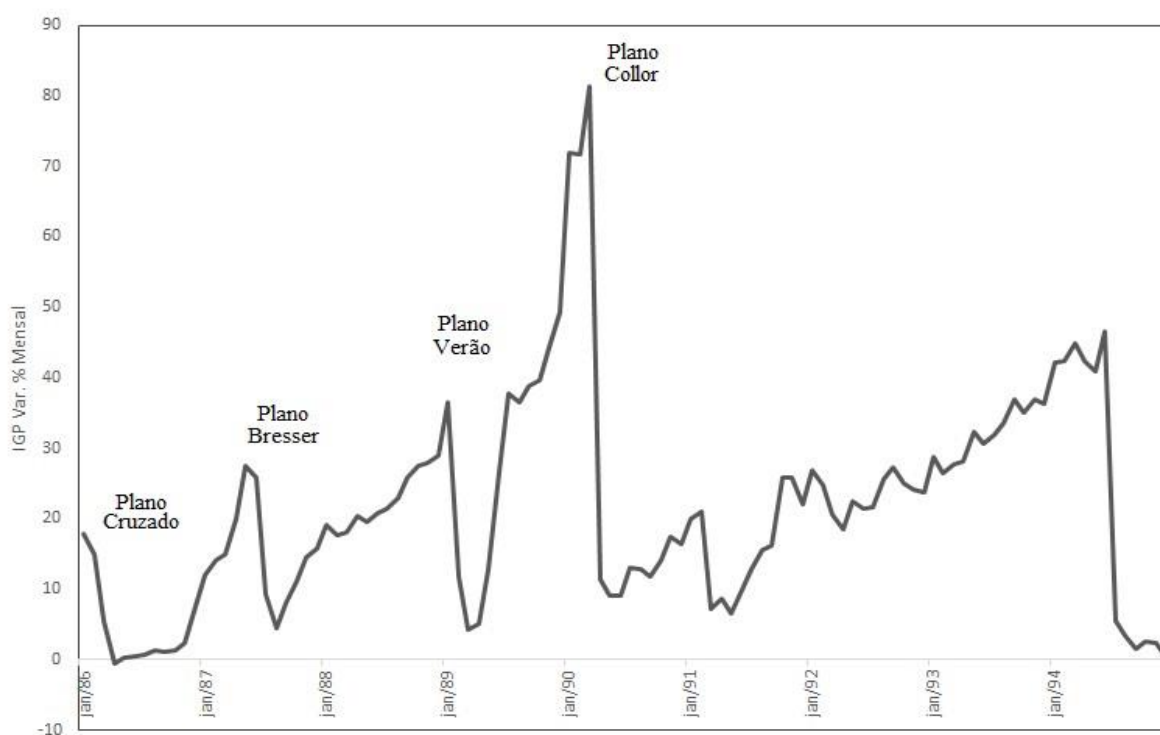
Os problemas econômicos do País obrigaram o governo a tomar certas medidas. A discussão era se iriam adotar uma postura mais ortodoxa ou heterodoxa. A primeira consistia em cortes de gastos governamentais, aumento dos impostos e corte na emissão de moeda e títulos da dívida. A segunda era mais atrativa para os governantes, pois tinha a possibilidade de aumentar a oferta monetária para financiamento dos gastos e tinha como solução do problema o congelamento dos preços. O governo, então, utilizou a segunda proposta realizando diversos

congelamentos de preços e algumas medidas específicas nos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

O governo brasileiro realizou diversas tentativas de combater a inflação, obtendo em todos um grande insucesso. Após a instauração de cada plano, observava-se que a inflação reduzia bruscamente por um curto período e, em seguida, voltava a crescer para índices maiores que os anteriores a tentativa de combate ao aumento dos preços.

No Gráfico 3, observa-se que no Plano Cruzado a taxa de inflação mensal passou de 18% por cento para valores próximos ao zero. Com o fracasso do plano, devido a impossibilidade de uma economia manter os seus preços congelados, a inflação cresceu até 28%, quando, em junho de 1987, o governo anuncia o Plano Bresser, que fez o índice cair para 3,1%, em julho. Novamente, a inflação volta a subir após um período de sucesso e atinge o valor de 36% em dezembro de 1988. No dia 15 de janeiro de 1989, instaura-se o Plano Verão que reduziu a inflação mensal para 3,7%, porém, em poucos meses, ela cresceu para valores recordes. A inflação chegou a 83%, em fevereiro de 1990. No mês seguinte, o recém-eleito Presidente Collor anuncia o plano que foi conhecido pelo seu próprio nome, reduzindo o índice a 9% ao mês. Esse plano também retirou a hiperinflação do País, mas a inflação ainda era consideravelmente grande nos anos que se seguiram.

Gráfico 3 – Variação percentual mensal do IGP-DI



Fonte: SEGALA, 2017.

A nova solução para os problemas econômicos nacionais foi o Plano Real. Ele foi concebido como um programa de três fases. A primeira consistia em realizar um ajuste fiscal para estabelecer um equilíbrio nas contas do governo, acabando com a principal causa da inflação brasileira. A segunda era a criação de um padrão estável de valor. Por fim, a terceira fase fornecia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia as regras de emissão e lastreamento de uma nova moeda (GIAMBIAGI, 2011).

Os problemas da inflação brasileira foram somente solucionados com a instauração do Plano Real, que implantou a URV em fevereiro de 1994 e, depois disso, o Real em julho. Outras medidas também foram adotadas como controle mais rígido das contas do governo, elevação da taxa de juros, combate à sonegação e desvinculação de certos gastos da União. Essas medidas foram de grande proveito para a saúde econômica do País.

Tabela 3 – Taxa Anual do IPCA no Brasil (1993 – 2008)

Ano	%
1993	2477,1
1994	916,4
1995	22,4
1996	9,6
1997	5,2
1998	1,6
1999	8,9
2000	6
2001	7,7
2002	12,5
2003	9,3
2004	9,3
2005	7,6
2006	5,7
2007	4,5
2008	5,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Na Tabela 3, observa-se o acumulado anual do IPCA do período de 1993 a 2008. No ano de 1993, a taxa estava em 2477,1%, confirmando o grande problema que o País estava enfrentando. Em 1994, implantou-se o Plano Real que solucionou o problema, não necessariamente no mesmo ano, pois a inflação chegou a 916,4%. Porém, nos anos subsequentes pode ser visto o resultado positivo com taxas menores, por exemplo os anos de 1996 com 9,6% e o ano de 1998 com o valor de 1,6%.

Durante todo esse período de crise inflacionária, a BID brasileira teve certos empecilhos para seu desenvolvimento. Ela vinha de uma ascendente de crescimento com a criação de diversas empresas e programas militares graças aos planos desenvolvimentistas que o governo adotou antes da década de 1980. Como exemplo de surgimento de empresas no País se tem a Embraer em 1968, a Imbel em 1975, a Avibras em 1961 e a Engesa em 1963.

A BID brasileira atingiu seu auge nos anos 1980. As Forças Armadas conseguiam satisfazer suas necessidades de baixa e média sofisticação tecnológica no mercado nacional, não necessitando em alguns setores do mercado externo. Por outro lado, a economia entrava em recessão devido à crise da dívida externa latino-americana e ao agravamento dos problemas inflacionários do País. Esse problema dificultou a expansão do setor e obrigou-o a focar os trabalhos para o mercado internacional.

No período de 1975-1992, o Brasil atingiu o seu auge de exportações bélicas, respondendo por cerca de 0,35% das exportações mundiais, conforme a Tabela 4. Apesar da porcentagem ser pequena, é um valor considerável, pois o mercado era dominado por seis potências militares: Estados Unidos, União Soviética, França, China, Alemanha e Reino Unido. Além disso, em uma comparação com o volume de exportações anteriores do Brasil, ocorreu um aumento significativo. No período 1966-1974, as vendas para o exterior foram de US\$ 58 milhões. No período 1975-1983, elas foram de US\$ 1,8 bilhão e passam, no período 1984-1992, para US\$ 2,3 bilhões. Contrastando-as com as exportações posteriores, verifica-se que elas foram elevadas. No período 1993-2001, desceram para o valor de US\$ 309 milhões e, posteriormente, voltaram a subir para US\$ 783 milhões no período 2002-2010 (MORAES, 2012).

Tabela 4 - Exportações brasileiras de equipamentos militares, a preços de 2010 e percentual sobre o total mundial (1966-2010) (continua)

<b>Período</b>	<b>Valor (US\$ milhões)</b>	<b>Percentual sobre o total mundial (%)</b>
1966-1968	0	-
1969-1971	5	<0,01
1972-1974	53	0,03
1975-1977	506	0,26
1978-1980	652	0,31
1981-1983	599	0,27
1984-1986	1.034	0,53
1987-1989	731	0,39
1990-1992	502	0,37



Tabela 4 - Exportações brasileiras de equipamentos militares, a preços de 2010 e percentual sobre o total mundial (1966-2010) (conclusão)

1993-1995	205	0,17
1996-1998	103	0,08
1999-2001	0	-
2002-2004	117	0,12
2005-2007	154	0,13
2008-2010	512	0,42
<b>Total</b>	<b>5.174</b>	<b>0,21</b>

Fonte: Moraes (2012)

O Brasil conseguiu angariar altos valores de exportações no período por causa do cenário conflituoso ao qual o mundo estava imerso. A Guerra Fria que consistiu numa disputa entre duas grandes potências, Estados Unidos da América e União Soviética, entre 1945 e 1991, gerou diversos conflitos ao redor do globo. Devido a um mercado com alta demanda por materiais de defesa, o País aproveitou para vender seus produtos. Outro benefício do Brasil é que ele não levou em grande consideração o aspecto político no momento de escolher os seus compradores. Os principais importadores do material brasileiro foram a Líbia, por causa de uma política de desenvolvimento militar após Muammar al-Gaddafi assumir o poder em 1969, e o Iraque devido a Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

A hiperinflação brasileira prejudicou a base industrial de defesa do País de várias maneiras. Ela afetou negativamente a capacidade do governo e das empresas de investir em pesquisa e desenvolvimento, atrasou projetos, reduziu a eficácia das Forças Armadas e enfraqueceu a capacidade do País de assegurar sua soberania e interesses nacionais.

A inflação distorce o cálculo dos empreendedores, que é um pilar básico da economia. Como os preços não se alteram na mesma velocidade e nem de maneira uniforme, os empresários têm uma grande dificuldade de diferenciar o que é duradouro do que é transitório e mensurar corretamente os custos de suas operações ou as legítimas demandas dos consumidores. Por exemplo, a norma de prática contábil é anotar o custo de um produto pelo valor em que ele foi pago. Todavia, com a inflação, o custo de reposição deste produto quando ele já estiver esgotado será bem maior do que o valor registrado nos livros contábeis da empresa. Por fim, a área de contabilidade das empresas vai superestimar seus lucros durante um processo de inflação, abrindo a possibilidade de ela começar a consumir capital ao mesmo tempo que imagina estar aumentando os investimentos (ROTHBARD, 2013).

Conforme Rothbard (2013), a inflação confunde a contabilidade das empresas. A hiperinflação brasileira dificultou a previsão de custos e o planejamento a longo prazo, o que dificultou a tomada de decisões estratégicas na indústria de defesa. As empresas não conseguiam realizar o planejamento de seus gastos para os próximos anos, pois os preços dos insumos necessários para a produção eram extremamente variáveis com a moeda em grande desvalorização.

Além disso, a hiperinflação afetou a capacidade do governo de financiar programas de defesa e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Os orçamentos foram reduzidos, os projetos atrasaram e muitas vezes foram interrompidos ou cancelados. Como o foco do governo era combater o problema da inflação, mesmo que de maneira desastrosa com as diversas tentativas de congelamento de preços, e cumprir o as atribuições sociais que foram incumbidas a ele por causa da Constituição Federal de 1988, ele deixou a área de Defesa Nacional para um segundo plano.

A incerteza econômica também afetou a capacidade das empresas de defesa para atrair investimentos externos e estabelecer parcerias internacionais, limitando o acesso a tecnologias avançadas e novos mercados. As empresas estrangeiras não viam o Brasil como um lugar propício para investimentos, pois a moeda brasileira somente deteriorava seu valor com o passar do tempo de maneira acentuada.

A desvalorização da moeda brasileira prejudicou o câmbio com moedas estrangeiras, prejudicando o poder de compra do País. Com a queda na capacidade de se adquirir material estrangeiro, a BID era obrigada a comprar seus insumos no mercado nacional que também estava defasado por causa da crise. Não só a capacidade de adquirir matéria-prima e peças foi prejudicada. O setor de pesquisa e desenvolvimento das empresas não conseguia desenvolver novas tecnologias com a situação de hiperinflação. Cientistas e engenheiros brasileiros capacitados buscavam sair do País, enquanto a mão-de-obra estrangeira capacitada nem cogitava trocar seu país por um lugar sem segurança econômica.

De acordo com Rothbard (2013), a inflação traz de maneira sutil uma piora na qualidade da mão-de-obra. Surgem, nesse período de subida dos preços, esquemas de enriquecimento rápido que parecem acessíveis a todas as pessoas. Concomitantemente, os indivíduos irão negligenciar o esforço e a prudência entrando nesses esquemas.

A inflação pune a poupança e a parcimônia, premia o consumismo e estimula o endividamento, pois o empréstimo tomado em um primeiro momento será pago com um montante de dinheiro com menor valor do que quando ele foi feito. A população, então, é incentivada a endividar-se ao invés de poupar e investir (ROTHBARD, 2013).

A falta de mentalidade de poupança e investimento causada pela hiperinflação fez com que novas empresas da área de defesa não surgissem. A instabilidade econômica cria um cenário de incertezas para investimentos. A volatilidade da inflação torna difícil projetar o futuro, o que pode tornar os investidores mais cautelosos na hora de investir em projetos de grande vulto. Devido a moeda instável os brasileiros, então, deixaram de buscar uma riqueza que ainda não existe, por exemplo um produto ou empresa nova dentro do mercado de defesa. As pessoas passam a realizar investimentos mais conservadores com o objetivo de preservar seu patrimônio, como terrenos e imóveis.

Mesmo durante toda a crise economia, a BID conseguiu manter-se firme devido ao mercado externo estar demandando equipamentos militares. As guerras no Oriente Médio fomentaram as exportações brasileiras nesse setor que em comparação aos outros do País estava em uma boa posição. Porém, durante os anos 1990, a situação dessas empresas é invertida. O fim da Guerra Fria diminuiu a demanda internacional por material bélico, prejudicando as exportações de produtos brasileiros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inflação para a maioria dos economistas é classificada como o aumento generalizado no nível de preços. Para a Escola Austríaca, essa definição troca a causa pela consequência. Os austríacos veem a inflação como o aumento da oferta monetária e a expansão creditícia sem que ocorra uma ampliação na quantidade de bens e serviços no mercado. Por consequência disso, os preços sobem.

As consequências de um processo inflacionário são muito perigosas para uma economia. Inicialmente, cria-se a ideia de crescimento econômico. As pessoas vêm o momento de euforia econômica e formas de enriquecimento rápido e se endividam, pois, quaisquer empréstimos que elas tomarem será pago futuramente por um valor real menor. Por consequência, a poupança da sociedade é destruída, sendo que ela é a base para se ter investimentos em uma sociedade. Sem investimentos novas empresas não surgem e as que já existem não conseguem desenvolver-se.

A contabilidade das empresas, que tradicionalmente trabalha com a hipótese de estabilidade monetária, é enganada, pois os bens de capital adquiridos são registrados com o preço pago por eles. Quando a empresa decide vender esse bem mais tarde, o ganho em relação ao preço de compra é ilusório, porque o aumento no preço foi simplesmente causado pela inflação. Em seguida, esse ganho terá que ser gasto para a aquisição de um bem de capital substituto por um preço mais alto.

No Brasil, mais especificamente, a crise inflacionária que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 teve todas as consequências desse mal e mais outros devido a políticas econômicas desastrosas. A crise surgiu por causa de um modelo econômico desenvolvimentista brasileiro que se financiava com o endividamento externo dos cofres públicos. Com a moratória do México em 1982, os bancos internacionais restringiram seu crédito para os países latino-americanos. O Brasil teve de realizar negociações com o FMI. Essa conexão fez com que o Brasil tivesse que seguir várias regras para a condução de sua economia ditadas pelo órgão internacional. A relação encerrou-se em 1987, com o não pagamento pelo Brasil de suas dívidas aos bancos credores. Os altos gastos governamentais, a moratória brasileira e o aumento da oferta monetária forma os fatores que concretizaram o início da maior crise econômica brasileira do século XX.

Durante esse período, o governo realizou diversos congelamentos de preços que trouxeram para a população brasileira escassez de produtos e uma mentalidade de ódio contra os empresários. Estes que recebiam a culpa dos preços altos e a falta de bens e serviços no lugar

do governo que continuava emitindo moeda e restringindo o funcionamento natural do sistema de preços.

Os diversos planos econômicos e trocas de moeda não resolviam a situação. Eles simplesmente seguravam por um curto período as taxas de inflação em valores baixos para em seguida estas atingirem índices ainda maiores que os anteriores. O Brasil somente conseguiu estabilizar sua economia com o Plano Real em 1994. Até então, o País era visto como um lugar com diversas incertezas econômicas.

A BID brasileira, durante a crise inflacionária, teve um desempenho positivo em um primeiro momento. Empresas estatais e privadas nessa área surgiram com o “milagre econômico” e os Planos Nacionais de Desenvolvimento. O cenário beligerante que o mundo passava devido a Guerra Fria aumentou a demanda por produtos de defesa. As indústrias de defesa nacionais vislumbrando a crise no mercado interno focaram sua produção em bens de interesse do mercado externo. O período foi considerado o auge da indústria de defesa do País por causa dos recordes nas exportações, cujo principal foco era para países no Oriente Médio.

O escalonamento da crise econômica parecia não atingir a BID. Essa situação inverte-se, em 1991, com o fim da Guerra Fria. A queda na demanda internacional por material de defesa fez com que a principal fonte de renda das indústrias nacionais desse setor decaísse acentuadamente. A inflação brasileira que era desbordada por essas empresas passa a atingi-las. Os insumos para a produção encareceram, pois, a unidade monetária do País perdia seu valor.

Novos aportes nessa área não surgiam mais, porque a inflação corrói a poupança que é a precursora do investimento. Uma vez que a inflação faz com que a preferência temporal das pessoas caia, elas buscarão gastar o mais rápido possível seu dinheiro ou entrar em investimentos de menor risco, mesmo que tenham um baixo retorno. O medo de investir em áreas de grande risco fez com que empresas de defesa novas não surgissem e as já existentes não inovassem.

A crise também prejudicou a possibilidade de investimento externo no País. As empresas estrangeiras não viam o Brasil como um lugar estável para instalação de suas indústrias. A falta de aportes de países estrangeiros dificulta a evolução tecnológica das indústrias nacionais, pois estas não têm a quem copiar as boas práticas. Além disso, o Brasil acaba cedendo a possibilidade de criar vagas de emprego.

A inflação descontrolada tornou impossível o planejamento de longo prazo e a previsão de custos, dificultando as decisões importantes da indústria de defesa. Além disso, a hiperinflação prejudicou a capacidade do governo de financiar programas de defesa e

investimentos em pesquisa e desenvolvimento, pois ele tinha de mudar seu foco para combater a crise por ele criada. Os orçamentos foram comprimidos e os projetos tiveram que ter seus prazos prorrogados ou foram simplesmente cancelados

Por fim, devido a todos os problemas causados pela inflação enunciados nesse trabalho, a crise inflacionária brasileira no período estudado impactou de maneira extremamente negativa a BID, que é composta tanto de empresas estatais como privadas. As políticas econômicas adotadas não foram eficazes no combate à inflação. Ela com o passar dos anos somente se agravou e teve sua solução somente com o Plano Real. O governo, que estava focado somente no problema inflacionário e nas novas atribuições sociais oriundas da Constituição Federal de 1988 e que manteve uma política econômica intervencionista, desfavoreceu o desenvolvimento das indústrias de defesa do Brasil. A falta de investimento na modernização e manutenção de equipamentos de defesa enfraqueceu a capacidade do país de proteger sua soberania e interesses estratégicos. A hiperinflação também levou a um declínio no poder de compra do país, que se refletiu no desgaste das Forças Armadas e na obsolescência de equipamentos. As indústrias de defesa, por fim, foram a falência ou tiveram que hibridizar sua produção para outros setores da economia.

Novos trabalhos sobre o assunto podem ser elaborados, uma vez que a temática envolve diversas áreas do conhecimento. A relação da macroeconomia e a Defesa Nacional é de grande valia para o Brasil, pois um ambiente propício para investimentos facilita o desenvolvimento de iniciativas focadas na produção de bens militares. O estudo da Escola Austríaca de Economia também é de grande proveito, porque a liberdade econômica é o princípio para uma economia prosperar.

## REFERÊNCIAS

Base Industrial de Defesa (BID). Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. [S.l.]. Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acesso em: 7 mai. 2023.

BRAGA, Gabriel Almeida; RENESTO, Douglas Martins. Controle de preços: quando boas intenções não bastam. **Instituto Rothbard**. [S.l.]. 13 abr. 2021. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/controle-de-precos-quando-boas-intencoes-nao-bastam/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.283, de 27 de fev. de 1986. Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências, Brasília, DF, mar 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2283.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2283.htm). Acesso em: 17 jul. 2022.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da inflação à hiperinflação: Uma abordagem estruturalista**. In: José Marcio Rego. Bresser-Pereira. São Paulo, 31 dez. 1989. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/index.php/academic-papers/7246-233>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O plano verão e a crise estrutural da economia brasileira**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 9, n. 4, 1989.

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Dívida externa brasileira**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.

DA COSTA, Nadin Ferreira. A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MATERIAL DE DEFESA: PRINCIPAIS ÓBICES. **Revista Da Escola Superior de Guerra**, n. 37, p. 160-201, 1998.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 272 p.

HERMES, Felipe. O que a economia dos anos 1980 pode ensinar sobre hoje. **InfoMoney**. [S.l.]. 15 jan. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/felipe-hermes/o-que-a-economia-dos-anos-1980-pode-ensinar-sobre-hoje/>. Acesso em: 6 mai. 2023.

HUERTA, J. **A escola Austríaca**. [s.l.] LVM Editora, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 24 jun. 2022.

IBGE. O que é inflação: IBGE explica o que é IPCA E INPC. [S. l.:s. n.], 2015. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo Canal IBGE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVCdZOIIMBk>. Acesso em: 14 jul. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Métodos de Cálculo**. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, 2020.

LUQUE, Carlos Antonio; VASCONCELLOS, MAS de. **Considerações sobre o problema da inflação**. Manual de economia, v. 2, p. 336-351, 2002.

MELO, Regiane de. **Indústria de defesa e desenvolvimento estratégico: estudo comparado França-Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015. 314 p. ISBN: 9788576315407. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-121-industria\\_de\\_defesa\\_e\\_desenvolvimento\\_estrategico\\_estudo\\_comparado\\_franca\\_brasil](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-121-industria_de_defesa_e_desenvolvimento_estrategico_estudo_comparado_franca_brasil). Acesso em: 3 jan. 2023.

MENEZES, Henrique Zeferino. **A crise do desenvolvimento brasileiro: dívida externa, condicionalidades e as relações com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (1974-1987)**. 2008.

MEYER, Leandro da Rosa Duque Estrada. **As perspectivas da Indústria Nacional de Defesa Brasileira diante do crescimento de Produtos de Defesa da China na América do Sul**. 2019. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Especialização em Ciências Militares, ECEME, Rio de Janeiro, 2019.

MISES, Ludwig Von. **As seis lições**. Tradução: Maria Luiza Borges. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009. Título original: Economic Policy: Thoughts for Today and Tomorrow. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/seis-licoes.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MISES, Ludwig Von. **A verdade sobre a inflação**. Instituto Rothbard, 27 mai. 2008. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/a-verdade-sobre-a-inflacao/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MISES, Ludwig von. **Sobre dinheiro e inflação**. Campinas: VIDE Editorial, 2017. Título original: On Money and Inflation: A Synthesis of Several Lectures. ISBN: 9788595070202.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **A Inserção Externa da Indústria Brasileira de Defesa: 1975-2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, ano 2012, n. 1715, 1 fev. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1241>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MORAN, Carlos A. Azabache; WITTE, Gilson. A Conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 1, n. 01, 1993.

MUSEU DE VALORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007. Disponível em:



<https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2023.

PEDROSA JUNIOR, Oswaldo Antunes; CORRÊA, Antônio Cláudio de França. **A crise do petróleo e os desafios do pré-sal**. 2016.

ROTHBARD, Murray N. **A Grande Depressão Americana**. Tradução: Pedro Sette-Câmara. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2013. 378 p. Título original: America's Great Depression. ISBN: 9788581190235. Disponível em: <https://conteudo.mises.org.br/ebook-a-grande-depressao-americana>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ROTHBARD, Murray N. **O que o governo fez com nosso dinheiro?**. Tradução: Leandro Augusto Gomes Roque. 1 ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2013. 105 p. Título original: What Has Government Done to Our Money?. ISBN: 9788581190518. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/nossodinheiro.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SCHMIDT, John. **How Inflation Erodes The Value Of Your Money**. Forbes, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/advisor/investing/what-is-inflation/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SEGALA, Dioner. **A inflação de preços no Brasil pós-plano real: uma discussão entre as teorias ortodoxas e a Escola Austríaca de Economia para o caso brasileiro**. 2017.

SHOSTAK, Frank. **What "Inflation" Really Means**. Mises Institute, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://mises.org/wire/what-inflation-really-means>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TEODORO, Fabiana Cristina. Resenha: BRITO, Paulo. **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2009. Capítulo 1. p. 13-31 in Revista do Direito Público. Londrina, v.10, n.1, p.229-231, jan./abr.2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, v. 62, p. 221-246, 2008.

ZORTÉA, Cristiano. **Análise dos planos econômicos brasileiros: fracassos e sucessos**. 2015.